

PALAVRA FINAL

Sesquicentenário do IBC

Hercen Torres Hildebrandt

Aproxima-se o 150º aniversário de fundação do Imperial Instituto dos Meninos Cegos, hoje Instituto Benjamin Constant; 150 anos do momento em que, instado pelo espírito de luta e solidariedade de um jovem cego, o governo brasileiro reconheceu oficialmente uma das mais importantes conquistas da humanidade: a escrita para a leitura através do tato. Temos pela frente um ano para refletir e não podemos perdê-lo.

O que representa para nós, cegos, poder ler e escrever independentemente? Quanto temos conquistado com isto? O que significa a criação do Sistema Braille por um de nós? E, para nós brasileiros, ter-nos ele sido apresentado por um adolescente cego?

Se compararmos o que sabemos de Louis Braille e José Álvares de Azevedo – os dois jovens citados acima –, observaremos que tinham em comum a consciência de que pertenciam a uma categoria de pessoas agrupadas por uma mesma característica, enfrentando as mesmas limitações e sofrendo o mesmo tipo de discriminação. À convivência que tiveram com seus companheiros no Instituto Nacional dos Jovens Cegos, em Paris, devemos a formação desses dois grandes líderes: o primeiro – Braille – que, com seu invento, mostrou ao mundo que não era a cegueira que nos afastava da escrita, mas esta é que não estava em condições de ser utilizada por nós, cegos; o segundo – Azevedo – que trouxe a grande novidade para o Brasil.

As mudanças ocorridas no pensamento e na organização política da sociedade europeia entre os séculos XVIII e XIX favoreceram decisivamente o surgimento das escolas para cegos. Azevedo cita, no prefácio de sua tradução do livro de J. Guadet, em sua época diretor da primeira dessas escolas, como referências de Valentim Haüy, seu fundador, alguns cegos que, embora isoladamente, já haviam encontrado meios de acesso à comunicação escrita: Saunderson, du Puyseaux, Salignac, Lamouroux, Weissebourg e Paradis. Mas foi a fundação do Instituto Nacional dos Jovens Cegos, por Haüy, que deu início a nossa educação sistemática, criando as condições objetivas para o surgimento de uma escrita que pudesse ser utilizada plenamente através do tato.

Quanto ao Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Brasil, sobreviveu graças à tenacidade de pessoas como seus primeiros diretores, Xavier Sigaud, Cláudio Luís da Costa e Benjamin Constant, este último, professor da instituição e educador reconhecido que lhe deu o atual nome. Mas, somente quando instalou-se no prédio da Praia da Saudade – atualmente Avenida Pasteur – onde

ainda se encontra, pôde expandir o número de seus alunos além dos trinta permitidos pelo decreto de fundação.

O desinteresse do Estado por apoiar uma entidade que promovesse a inserção dos ex-alunos do Instituto na vida econômica levou-os a criar as instituições de trabalho protegido - hoje ultrapassadas - que se expandiram por todo o país e foram o principal meio de subsistência da grande maioria dos cegos brasileiros na primeira metade do século XX.

A atuação de ex-alunos do IBC foi de importância fundamental para o surgimento de escolas para cegos em grandes capitais brasileiras. Devemos ao professor João Gabriel de Almeida a fundação do Instituto São Rafael, de Belo Horizonte, Minas Gerais, única escola estadual para cegos em nosso país. O Colégio Padre Chico, de São Paulo, teve como organizador o professor Mauro Montagna, do IBC.

No Estado Novo, período em que o curso do IBC foi equiparado ao do Colégio Pedro II, o professor José Espínola Veiga, então chefe da Seção de Educação e Ensino, obteve junto ao Governo a colocação de alguns cegos nas oficinas do Arsenal de Marinha.

Em 1950, os três primeiros diplomados em nosso Curso Ginásial ingressaram no curso Clássico do Colégio Malet Soares, dando início ao processo de integração de estudantes cegos ao segundo ciclo do ensino médio, e, em 1953, os mesmos alcançaram a Universidade.

Atualmente, não são poucos os professores, advogados, massoterapeutas, operadores de câmara escura, músicos, etc., que tiveram sua formação escolar ou passaram pela Reabilitação do IBC.

Apesar de tudo o que possam dizer os representantes das correntes que desejam sua extinção, não se pode negar que o IBC lançou as bases do processo de emancipação social do cego brasileiro e, ao longo destes 150 anos, mesmo enfrentando preconceitos e políticas públicas contrárias a seus interesses, permaneceu incentivando-o no desenvolvimento de sua capacidade de viver com autonomia e preparando-o para ingressar e permanecer no mundo do trabalho.

Hercen Torres Hildebrandt é Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor do Instituto Benjamin Constant.